

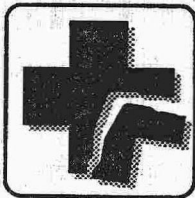
TCU investiga desvios de recursos na Saúde

■ Técnicos do Tribunal começam, amanhã, uma devassa para identificar os repasses aos hospitais do Rio pela Secretaria estadual

CLEBER PRAXEDES

BRÁSILIA — O Tribunal de Contas da União vai analisar os desvios dos recursos do SUS (Sistema Único de Saúde), repassados aos hospitais pela Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro. Os inspetores darão tratamento especial aos repasses realizados para a Santa Casa de Misericórdia e Centro de Hematologia Santa Catarina, de forma parcelada quando, por lei, deveriam ser transferidos de uma só vez. A Secretaria reteve as parcelas sem motivo justificado. “O TCU pretende descobrir os nomes de todos os responsáveis pelas irregularidades na Secretaria para puni-los”, disse um assessor da presidência.

A devassa que os inspetores do



TCU vão realizar, a partir de amanhã, na Secretaria, a pedido do ministro Marcos Villça, também será para apurar irregularidades como a contratação, sem licitação, da empresa Extensão, Informática e Tecnologia Ltda, de propriedade de um diretor da área de planejamento da Secretaria, para prestar serviços ao Hospital Geral de Bonsucesso. O assessor Econômico-Financeiro do Fundo Estadual de Saúde, Carlos Henrique de Assumpção, sofrerá uma profunda investigação dos auditores do TCU pela suspeita de responsabilidade no desvio de recursos orçamentários da União, administrados pela Secretaria.

Exemplo — Os trabalhos que os auditores vão realizar junto a Secretaria vai atingir, conforme explicou o assessor, “a fonte, o meio e o fim de todas as irregularidades. Vamos acompanhar todo o andamento da aplicação dos recursos

que foram repassados pela União à secretaria”. O assessor citou também a situação do Hospital de Traumatologia Ortopedia, onde foi constatado que apesar de a unidade possuir 136 leitos cadastrados no Inamps, pelos boletins mensais de Movimento Hospitalar, no período de janeiro de 1989 a abril deste ano, foram registrados a utilização efetiva de apenas 50% dos leitos. Os diretores do hospital alegam falta de enfermeiras e de auxiliares.

Também as aquisições de material hospitalar em consignação e com dispensa de licitação, sob o argumento de fornecedor exclusivo, serão investigadas pelo TCU. Eles já apuraram que foram adquiridos, sem licitação, em março de 1993, vários tipos de componentes metálico e de polietileno, a custo unitário de Cr\$ 60.840.000,00 e de Cr\$ 28.080.000,00, respectivamente.



A Santa Casa de Misericórdia teve os repasses parcelados, quando deveria recebê-los em uma única vez